Relatório de Audição

[realizada nos termos do n.º 1 do Artigo 21.º da Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto]

PETIÇÃO N.º 138/XII/1.ª

Contra o aumento do IVA nos serviços de restauração e bebidas.

Dia: 28 de junho de 2012

1.º Peticionário: AHRESP – Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal

Recebido por: Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) - Relator da petição.
Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD);
Deputada Hortense Martins (PS);
Deputado Michael Seufert (CDS-PP).

Síntese dos Temas Abordados:

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida começou por dar as boas-vindas à delegação da AHRESP presente, apresentando de seguida os Senhores Deputados presentes e dando conta do processo de tramitação da Petição na Assembleia da República nos termos da Lei, nomeadamente quanto à sua publicação em Diário da Assembleia da República, bem como quanto ao pedido de informações efetuado ao Ministério das Finanças e ao Ministério da Economia e do Emprego.

A delegação da AHRESP, nas pessoas do seu Presidente e do Secretário-Geral, reiterou o conteúdo da petição enviada à Assembleia da República, e do seu fundamento, entregando documentação adicional relevante para o processo de

tramitação da Petição[1] e apresentando diversos dados, nomeadamente do INE, relativos ao impacto do aumento da taxa do IVA, nomeadamente quanto a variações recentes do emprego e das receitas do setor, o impacto na atividade turística, a variação nas receitas fiscais e de contribuições sociais, entre outros.

Alertaram, ainda, para a perda de competitividade (fiscal) do país resultante do aumento do diferencial das taxas de IVA aplicadas face aos principais concorrentes, bem como para a dificuldade de acesso ao financiamento e para o aumento da economia informal no setor. Consideraram, enfim, fundamental aprofundar o diálogo com os agentes do setor, tendo finalizado a intervenção com um conjunto de propostas específicas, não só quanto ao valor da taxa de IVA no setor mas também quanto à sua dedutibilidade, entre outras.

A Senhora Deputada Hortense Martins (PS) agradeceu as informações prestadas e os elementos adicionais distribuídos, recordando as iniciativas do PS em sede da apreciação do Orçamento do Estado para 2012, bem como o recente Projeto de Resolução, considerando que o aumento da taxa do IVA se consubstancia numa medida de efeitos contraproducentes, recordando nesta matéria a intervenção recente da anterior Presidente do PSD sobre esta matéria, considerando estar-se num contexto de exaustão fiscal. Recordou, ainda, a audição ocorrida na presente semana, na qual o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais dera conta do aumento de 109% da receita do IVA no setor HORECA, apesar da diminuição da receita deste imposto como um todo. Colocou, de seguida, algumas questões, nomeadamente sobre a redução das vendas no setor (em 2011 e 2012), a capacidade de pagamento, a repercussão nos preços de venda ao público decorrente do aumento da taxa do IVA, a estimativa de duração da crise e as respostas possíveis, a dimensão da informalidade, o impacto na interioridade, e o combate aos custos de contexto.

O Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD) saudou, de igual modo, os peticionários, agradecendo a informação prestada. Posteriormente, recordou o estado de emergência financeira do país e a necessidade de implementação de um conjunto de medidas, nomeadamente de natureza fiscal. Considerou ser possível combater ao

[1] A documentação e outra informação útil sobre a Petição podem ser consultadas em: http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalhePeticao.aspx?BID=12250.

aumento da tributação indireta através de ganhos de produtividade e da repercussão no preço de venda ao público, apesar de ser, igualmente, visível a retração do consumo. De seguida, colocou algumas questões, nomeadamente quanto à associação do aumento do desemprego no setor ao aumento da taxa do IVA, o impacto na competitividade externa resultante desta medida. Terminou, recordando a expectativa do caráter transitório da medida e a confiança na resiliência do setor.

O Senhor Deputado Michael Seufert (CDS-PP) saudou os peticionários, valorizando o contributo do setor para a economia e recordando as atuais dificuldades, bem como as medidas constantes do Memorando de Entendimento em sede de IVA. Recordou, de seguida, os resultados conseguidos em matéria de aumento da eficiência na cobrança de impostos, patente no aumento da receita cobrada acima do aumento da taxa, recordando, enfim, a importância da promoção de medidas visando a redução dos custos de contexto das empresas, nomeadamente os custos para-fiscais.

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP), relator da Petição, recordou a dificuldade de medidas fiscais favoráveis no contexto recente, nomeadamente no contexto do programa de assistência económica e financeira. Recordou que a queda da procura é anterior à alteração da taxa do IVA, considerando difícil provar a redução da receita do IVA no primeiro trimestre de 2012, e considerando importante analisar o setor como um todo, e não apenas em sede do IVA. Enfim, em nome de todos os Grupos Parlamentares, assegurou o empenho em conferir à petição a dignidade que esta merece, bem como que esta constitua um instrumento com vista ao debate político e à preparação do Orçamento do Estado para 2013.

De seguida, interveio a delegação da AHRESP para responder às questões colocadas. Começaram por dar conta da redução de receitas abaixo dos 10% em 2010, de cerca de 15% em 2011 e entre 35 e 50% expectado em 2012, considerando ser impossível repercutir no PVP o aumento da taxa do IVA, aliás tendo-se assistido, inclusive, à redução dos preços ao consumidor, não sendo possível aumentar a competitividade por via do preço, dada a redução da margem (recordaram, nomeadamente, o aumento dos custos da energia nos últimos anos e, por outro lado, as taxas de IVA aplicadas noutros países, nomeadamente aqueles igualmente sob assistência financeira). Os peticionários confirmaram que o aumento da taxa do IVA

não foi a causa imediata factual dos problemas no setor, considerando ter sido “a gota de água”. Enfim, agradeceram a referência ao caráter transitório das medidas (recordando não constar do Memorando de Entendimento a obrigatoriedade de aumento da taxa do IVA no setor HORECA), bem como à defesa do choque fiscal, mostrando-se disponíveis para colaborar na preparação do Orçamento do Estado para 2013.

A propósito da variação da receita do IVA cobrada no setor, a delegação da AHRESP deu conta da elaboração de um estudo – a apresentar em setembro – sobre esta matéria, estudo esse a remeter, igualmente, à Assembleia da República, com a avaliação do impacto da medida, nomeadamente os efeitos diretos na coleta do IVA, IRS e Taxa Social Única (por via do desemprego), bem como as despesas associadas às prestações sociais aos beneficiários do subsídio de desemprego.

Enfim, o Senhor Deputado João Pinho de Almeida agradeceu as informações prestadas pelos Peticionários, que permitiram confirmar as pretensões da Petição, bem como refletir quanto a evoluções relativas ao objeto da Petição, tendo de seguida encerrado a audição, agradecendo à delegação da AHRESP a sua presença.

Palácio de São Bento, em 28 de junho de 2012

O Deputado Relator

João Pinho de Almeida